

Diário do Legislativo de 18/02/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Roberto Amaral PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputada Maria José Hauelsen PT

SUPLENTES:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

EFETIVOS:

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Presidente

Deputado Dimas Rodrigues PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTES:

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Baldonado Napoleão PSDB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ivair Nogueira PDT

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Sebastião Costa PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Sebastião Helvécio PPB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Ivair Nogueira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Paulo Schettino PTB Vice-Presidente

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado José Bonifácio PSDB

Deputado Antônio Genaro PPB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Roberto Amaral PSDB

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PDT Vice-Presidente

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Roberto Amaral PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Ermano Batista PSDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO E LAZER

EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aauto PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSN Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Roberto Amaral PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

EFETIVOS:

Deputado Raul Lima Neto PDT Presidente

Deputado Anivaldo Coelho PT Vice-Presidente

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Baldonado Napoleão PSDB

SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Geraldo Nascimento PT

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputada Elbe Brandão PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Miguel Barbosa PSD Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTES:

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL

COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Jorge Hannas PFL

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTES:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Marcos Helênio PT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Solene

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA REUNIÃO SOLENE , EM 16/2/98

Presidência do Deputado Cleuber Carneiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Destinação da reunião - Designação de Comissão - Composição da Mesa - Declaração de instalação - Execução do Hino Nacional - Leitura da mensagem governamental - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Geraldo Rezende - Ivo José - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adatao - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Marco Régis - Marcos Helênio - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeiteun - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião solene à instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Glycon Terra Pinto, Geraldo Rezende e Alencar da Silveira Júnior para, em comissão, conduzirem ao Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Arésio Dâmaso, Procurador-Geral do Estado, representando o Governador Eduardo Azeredo; Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Lúcio Urbano; José Joaquim Benfica, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça; João Ferraz, ex-Presidente desta Casa.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes para, de pé, ouvirem a declaração de instalação da 4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura: Declaro instalada a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes para ouvirem o Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional. (- Palmas.)

Leitura da Mensagem Governamental

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Arésio Dâmaso, Procurador-Geral do Estado, para proceder à leitura da mensagem governamental, por delegação do Exmo. Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado.

O Sr. Arésio Dâmaso - Exmos. Srs. Deputado Cleuber Carneiro, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício da Presidência; Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Lúcio Urbano; José Joaquim Benfica, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça; João Ferraz, ex-Presidente desta Casa; Srs. Deputados, senhoras e senhores. (- Lê:)

"Sr. Presidente, no cumprimento do dever constitucional e motivado pelo compromisso de relatar aos representantes do povo mineiro a situação geral do Estado e as realizações

anuais, envio a essa egrégia Assembléia Legislativa mensagem em que presto contas das ações do Governo relativas a 1997. Inaugurando mais uma iniciativa para dar mais consistência à prestação de contas e das ações do Governo, encaminho, simultaneamente a esta mensagem, o balanço geral do Estado.

No terceiro ano de Governo, seguimos firmes a determinação de consolidar as condições para o desenvolvimento, iniciadas no primeiro ano, para preparar Minas Gerais para os desafios do século XXI. E 1997 foi o ano em que firmamos as bases para a criação de um Estado capaz de impulsionar o desenvolvimento com justiça social e, ao mesmo tempo, iniciamos a colheita dos frutos das nossas opções.

Os resultados no setor educacional, nossa maior prioridade, mostram que Minas Gerais realiza a mais bem-sucedida e abrangente experiência educacional do País, com crescente melhoria do rendimento dos alunos, das condições de trabalho e da qualidade do ensino, reconhecida no Brasil e no exterior por instituições como o UNICEF e a UNESCO. Merecem destaque, ainda, nesse ano, o programa de cooperação educacional entre Estado e municípios e a ampliação da oferta de vagas no ensino médio. Em 1997, os recursos destinados à educação representaram 45% das nossas receitas, quase o dobro da obrigação constitucional, reafirmando claramente a opção de Minas pela educação.

Dando prosseguimento à consolidação do ambiente necessário ao desenvolvimento, marcamos 1997 com investimentos em infra-estrutura de transporte, energia, telecomunicações, melhorias urbanas e saneamento ambiental, com destaque para as grandes obras do PROSAM, a duplicação da Fernão Dias, num total de R\$218.500.000,00, e o lançamento do Programa Mineiro de Concessões de Rodovias.

Ao lado desses esforços de investimentos, mantivemos um consistente trabalho de atração de projetos estratégicos, aliado a um sistemático programa de promoção e fomento industrial. Nesses 3 anos de Governo, já contabilizamos quase R\$13.000.000.000,00 de investimentos privados.

As sinalizações positivas de Minas Gerais para os investidores podem ser verificadas através do nível de atividade da economia mineira, que, até o início do quarto trimestre de 1997, estava 1,2 ponto percentual à frente do País, em relação ao mesmo período do ano anterior. No setor industrial, na mesma ocasião, enquanto Minas crescia 7,1%, a indústria nacional registrava 5,5%.

No combate às desigualdades sociais, pessoais e regionais, além do vitorioso programa da educação, houve avanços do Programa Robin Hood, nosso mais importante instrumento de promoção do desenvolvimento municipal e regional. Entre 1995 e 1997, enquanto o repasse da cota-parte do ICMS teve um incremento de 24,79% no Estado, cresceu 410,12% na Região Administrativa do Alto do Jequitinhonha e 278,82% na do Vale do Jequitinhonha, por exemplo. Destacaram-se também as ações do Programa Comunidade Solidária, do Programa de Mobilização de Comunidades e do Programa Minas Joga Limpo, do Jaiba I e do Somma, que totalizaram investimentos de R\$114.000.000,00 em saneamento ambiental, urbanização e infra-estrutura agropecuária. A parceria com o Programa Comunidade Solidária, em vários projetos, representou um aporte de recursos de R\$100.000.000,00 em 1997.

Complementando as ações para a garantia dos direitos constitucionais e de cidadania, deu-se prosseguimento à implantação das políticas relativas à saúde, à geração de emprego e renda e à segurança pública, das quais destaco alguns indicadores do desempenho da ação governamental. Na área da saúde, os consórcios intermunicipais de saúde envolveram 758 municípios e uma população de 10.867.092 pessoas, e o Programa Saúde da Família, com um total de 581 equipes em 309 municípios, abrange 2.324.000 pessoas. O Programa de Qualificação Profissional, em 1997, treinou 160 mil trabalhadores em todo o Estado, com recursos da ordem de R\$35.700.000,00. Na segurança pública, além dos investimentos em equipamentos e frota, foram definidas as diretrizes e os projetos estratégicos da política estadual de defesa social.

As ações de reforma agrária desenvolvidas pelo INCRA e pelo Governo do Estado a partir de 1996 foram responsáveis pelo assentamento de 6 mil famílias em 92 projetos de assentamento até 1997. Com o início dessa parceria, em abril de 1996, aos 36 projetos criados até então foram acrescentados 56 novos projetos. Os conflitos no campo foram negociados pela Assessoria Especial para a Reforma Agrária do Governo Estadual, o que resultou em um ano sem conflitos graves, como os ocorridos em outros Estados.

Durante 1997 prosseguiram os projetos de reforma do Estado e ajuste fiscal, iniciados no primeiro ano deste Governo. Além do Programa Mineiro de Concessões de Rodovias e da privatização do CREDIREAL, acertaram-se os termos da renegociação da dívida. No final do ano, iniciou-se a operação do Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental - SIPAG -, sistema inédito no País para a gestão do gasto público e avaliação de resultados.

Na permanente busca de contenção de despesa e aumento da receita, manteve-se firme domínio da parcela sobre a qual o Estado tem poder de administração. Vale ressaltar a modernização da máquina arrecadadora, o combate à sonegação de impostos e o controle dos gastos públicos.

Foram muitas as dificuldades para todo o setor público em 1997, especialmente para os Governos Estaduais. Os ajustes macroeconômicos realizados pelo Governo Federal, necessários à manutenção da estabilidade econômica, atingiram diretamente os Estados, penalizando-os na obtenção de receitas e no pagamento dos juros das dívidas.

O certo é que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo setor público, 1997 foi um ano positivo, com realizações decisivas para o desenvolvimento do nosso Estado.

O harmonioso relacionamento do Poder Executivo com esta Casa, segundo os princípios da autonomia e independência dos Poderes, eu enfatizo como decisivo para os resultados do desempenho da ação governamental na busca de uma Minas Gerais mais rica e justa.

Agradeço a V.Exa. e aos Deputados a cooperação, a solidariedade e o clima de respeito que pudemos estabelecer".

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Dr. Arésio Dâmaso, Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, representando o Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Lúcio Urbano; Juiz José Joaquim Benfica, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário de Estado da Justiça; Dr. João Ferraz, ex-Presidente desta Casa, Srs. Deputados; abrimos a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura sob o signo do otimismo e do desafio. Uma breve avaliação do último ano autoriza bons prognósticos para 1998.

Em âmbito nacional, o comportamento de nossa economia diante da crise asiática revigorou a confiança interna e externa no Brasil.

Em Minas, aconteceram conquistas importantes. Na educação, experimentamos progressos que têm merecido aplausos em todo o País. Nosso parque industrial cresceu consideravelmente com a multiplicação de empresas de pequeno e médio porte e com a instalação de grupos empresariais de peso. No que se refere às condições de infra-estrutura, estamos assistindo à evolução de obras de vulto, como a duplicação da Fernão Dias.

A Assembléia de Minas caminhou a passos largos no projeto de aprofundar o diálogo com os diferentes setores da comunidade e de tornar-se um espaço privilegiado de interlocução entre a sociedade e as instâncias de poder.

Por outro lado, são grandes os desafios que nos esperam. A lógica da mundialização impõe-se em caráter irreversível ao Estado e à iniciativa privada, cobrando eficácia e produtividade. O tempo não comporta promessas e utopias impossíveis. O tempo requer ação e realismo.

Não se pode, entretanto, esquecer que as leis do mercado globalizado têm que dobrar-se aos imperativos do social: trata-se de uma exigência ética que não deve ser desprezada. A estabilidade da moeda, por exemplo, trouxe inegáveis benefícios, que incluem significativa redistribuição de renda e oportunidades. Permanece, não obstante, a questão do desemprego, que, nos níveis atuais, já preocupa. Ela demanda uma atenção especial tanto dos governantes como de todas as forças vivas da sociedade. Precisamos buscar as soluções para tornar a estabilização econômica compatível com índices mais altos de crescimento.

Tradicionalmente, a presença de Minas no contexto nacional sempre se fez sentir nos momentos decisivos da vida do País. Por isso mesmo, nesta fase particularmente relevante da história brasileira, é imensa nossa responsabilidade.

Esta Casa, em especial, vem-se projetando a cada dia como exemplo da importância do Legislativo na formulação e avaliação das políticas públicas. O parlamento mineiro é hoje um agente político destacado no processo decisório estadual. Esse fato faz pesarem sobre nossos ombros sérias exigências.

Conhecemos bem o apelo que um ano eleitoral tem para cada um de nós. Trata-se de um momento forte da democracia, em que seremos avaliados em nossas idéias e ações. Há, entretanto, tarefas importantes que não podem esperar. Por isso, temos pela frente o desafio de conciliar as atividades pré-eleitorais com uma extensa agenda parlamentar. É a história que exige de nós uma dedicação redobrada.

A continuidade do programa de privatizações, indispensável à modernização econômica do Estado, demanda deste Poder uma atenção constante. A aprovação das reformas constitucionais irá requerer de nós a criação de condições para sua aplicação no âmbito estadual.

Pretendemos, em 1998, desenvolver ações que assegurem a continuidade do esforço em favor das prioridades estabelecidas por esta Mesa: o aprofundamento da parceria com a sociedade e a interiorização das atividades da Assembléia Legislativa. Queremos, ainda, caminhar no sentido de um fortalecimento cada vez maior das comissões, convencidos que estamos de que elas são fundamentais ao bom desempenho da instituição.

Estamos conscientes de que o sucesso da próxima legislatura dependerá em muito de medidas que devem ser tomadas hoje. Por esse motivo, sentimos que é nossa obrigação enxugar ainda mais as estruturas da Casa e promover iniciativas que determinem a participação cada vez maior do Legislativo nas gestões em prol do equilíbrio orçamentário do Estado. Nesse sentido, procuraremos, antes de tudo, servir aos interesses maiores dos mineiros. Esperamos poder fazê-lo com o apoio dos nobres colegas Deputados.

Trabalho e desafios, eis o que nos espera na sessão que ora se inicia. Temos a certeza de que, com a ajuda de Deus e em parceria com a sociedade mineira, saberemos dar as respostas que a comunidade exige de nós.

A Presidência solicita a atenção dos Deputados para os seguintes esclarecimentos:

1 - A indicação do líder de bancada deve ser formalizada em ata, cuja cópia será encaminhada à Mesa da Assembléia até cinco dias após o início da sessão legislativa ordinária. Enquanto não for feita a indicação, o Regimento prevê que a Liderança será exercida pelo Deputado mais idoso da bancada.

Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de 1 por 8 Deputados, ou fração, da respectiva bancada (disposição em vigor do Regimento Interno anterior).

Maioria e Minoria não possuem Vice-Líderes.

2 - O bloco parlamentar tem existência por sessão legislativa ordinária. Em consequência, todos os blocos estão desfeitos.

É facultado às representações partidárias, por decisão da maioria de seus membros, constituir bloco parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um bloco.

O bloco parlamentar será integrado por, no mínimo, um e meio décimos dos membros da Assembléia, ou seja, 12 membros (está em vigor a disposição do Regimento Interno anterior).

A escolha do Líder do bloco será comunicada à Mesa até 5 dias após a constituição do bloco parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos membros de cada representação partidária que o integre.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 17, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia:
(- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 339ª reunião ordinária, EM 18/2/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio e outros, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro e outros, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 739/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre o uso de uniformes por policiais civis nos casos em que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa Social opina por sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.390/97, do Deputado Paulo Schettino, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de administrador público no Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.013/96, do Deputado Dimas Rodrigues, que dispõe sobre a delegação de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de caráter domiciliar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre Educação para o Consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 478/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre o livre acesso da sociedade aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 901/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a condução de animais domésticos nas rodovias estaduais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 913/96, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matipó. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/97, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui o Programa Estadual de Apoio à Cotonicultura e à Fruticultura Norte-Mineiras. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.363/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Augusto Duarte Castanheira e outros. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 83ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 18/2/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 19/2/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 19/2/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos pertinentes à Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 19/2/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª Reunião Preparatória da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Proceder à Apuração de Denúncias de Irregularidades no Funcionamento dos Bingos em Minas Gerais, tais como Violação de Direitos Humanos, Sonegação Fiscal, Fraudes na Premiação e Envolvimento de Policiais com as Denúncias, entre Outros Delitos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Maria Barros, Sebastião Navarro Vieira, Gil Pereira, Durval Ângelo, Alencar da Silveira Júnior e Paulo Schettino, membros da supracitada Comissão, para a 1ª Reunião Preparatória a ser realizada em 19/2/98, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 1998.

Antônio Roberto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.471/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Geraldo Rezende, o projeto de lei em análise propõe seja declarada de utilidade pública a Lira Musical Padre Sérgio Ribeiro da Paróquia Sagrada Família, com sede no Município de Curvelo.

Submetida a matéria, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice a sua tramitação, deve esta Comissão, agora, deliberar conclusivamente sobre o projeto no 1º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

Sediada em Curvelo, cidade-pólo da grande área sertaneja do vale do rio São Francisco, a Lira Musical Padre Sérgio Ribeiro da Paróquia Sagrada Família tem a finalidade de divulgar e preservar a memória cultural das bandas de música e de desenvolver programas de formação musical.

Empenha-se, ainda, em participar da intensa vida social da cidade e da região, tocando em suas tradicionais festas populares e religiosas.

Dessa forma, julgamos oportuno que ela seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.471/97 no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Gilmar Machado, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.491/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcelos, o Projeto de Lei nº 1.491/97 visa a declarar de utilidade pública a Federação de Taekwon-do de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. Vem agora o

projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme preceituam as disposições regimentais.

Fundamentação

A Federação de Taekwon-do de Minas Gerais vem realizando importante trabalho, mediante a divulgação do esporte e o incentivo ao aperfeiçoamento do "taekwon-do". Para a concretização de seu objetivo, organiza competições, torneios interestaduais e internacionais, além de zelar pela aplicação de determinações emanadas pelas entidades de hierarquia superior.

Em vista da importância de seu trabalho, ela merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.491/97 no 1º turno, nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Marco Régis, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.496/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Ailton Vilela, o Projeto de Lei nº 1.496/97 visa a declarar de utilidade pública a Creche Menino Jesus, com sede no Município de Nepomuceno.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. Vem agora o projeto a esta Comissão para exame no 1º turno, conforme preceituam as disposições regimentais.

Fundamentação

A mencionada entidade se vem destacando no Município de Nepomuceno pelos excelentes serviços prestados; entre eles, destacam-se os voltados para a proteção à família. Assim, por exemplo, à gestante é fornecida alimentação e serviços médicos; à criança, educação e toda a assistência que lhe permita desenvolvimento sadio.

Por sua luta para melhorar as condições de vida da comunidade, merece a entidade em tela ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.496/97 no 1º turno, nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.342/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - SATED-MINAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi aprovada no 1º turno, na forma apresentada, e, agora, compete ao presente órgão colegiado apreciar conclusivamente a matéria.

Fundamentação

Reafirmando o parecer favorável ao projeto exarado anteriormente por esta Comissão, destacamos a importância do SATED-MINAS como órgão representativo da classe de artistas e técnicos em espetáculos de diversão.

Com efeito, a entidade promove a proteção e a representação legal de seus associados perante as associações afins e o poder público.

Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.342/97 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

PROJETO DE LEI Nº 1.342/97

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - SATED-MINAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - SATED-MINAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.353/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.353/97, do Deputado Baldonado Napoleão, objetiva declarar de utilidade pública a Fundação Tiradentes - FUNTIR -, com sede no Município de São João del-Rei.

Aprovado o projeto em 1º turno, na sua forma original, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A entidade em exame possui caráter filantrópico e tem como principal objetivo promover a execução de programas voltados para pesquisa, ensino e extensão e atividades culturais.

Por levar avante, com êxito, as propostas contidas em seu estatuto, merece ela ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.353/97 no 2º turno, como formulado inicialmente.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Marco Régis, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.388/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o Projeto de Lei nº 1.388/97 visa a declarar de utilidade pública a União Israelita de Belo Horizonte, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi aprovada no 1º turno, na forma proposta, e agora compete a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme prevê o Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em exame é sociedade civil, e suas iniciativas estão voltadas para a preservação das culturas brasileira e judaica.

Para tanto, mantém uma sinagoga e apóia a Escola Israelita Brasileira de Belo Horizonte.

Por seus esforços em estreitar os laços entre brasileiros e judeus residentes nesta Capital, merece o título declaratório de sua utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões registradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.388/97 no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Gilmar Machado, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.434/97

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Leonídio Bouças, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Flor de Minas, com sede no Município de Belo Horizonte.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emenda, compete agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

Confirmando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a oportunidade de se declarar de utilidade pública a referida entidade, devido aos bons serviços que presta ao estimular a prática de esportes, principalmente o futebol, e ao promover reuniões de caráter social e cultural, visando ao conagraçamento dos moradores do Bairro Ribeiro de Abreu.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.434/97 no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 1998.

Marco Régis, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/2/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, observado o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de exercício nesta Secretaria, a partir de 10/2/98, a servidora Zélia Biatriz Braga Dias, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator - Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 12/2/98, a servidora Luzia Luiza de Oliveira Almeida, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Teleatlas Engenharia e Comércio Ltda. Objeto: locação de receptores de rádio chamada ("bip"). Objeto deste termo aditivo: redução. Vigência: a partir de 1º/2/98. Assinatura: 28/1/98.

Termos de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Drs. Marcos Roberto Taveira e Estevão Gomes de Almeida Plentz. Objeto: assistência médica. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993.

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Objeto: prestação de serviços funerários. Licitação: inexigibilidade, art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 12 meses.